

“CULTURA POLÍTICA” DO PARTIDO DOS TRABALHADORES<sup>1</sup>

JANAÍNA C.S. VARGAS HILÁRIO

O termo “cultura política”<sup>1</sup> refere-se a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações de sua população. O conceito pode ser entendido como um universo de percepções, sentimentos, atitudes, crenças, compromissos que definem o comportamento de um grupo, de uma instituição ou de um regime político, que segundo Serge Bertestein: “(...) *se exprime por um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política, lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais, símbolos, bandeiras, festas, vocabulário de palavras codificadas*”<sup>2</sup>.

A perspectiva, portanto, do uso do conceito de *cultura política* é resgatar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia dos governantes, o pensamento político e a mentalidade comum. Mais que isso, é uma categoria analítica que permite estudar os comportamentos de um grupo político; assim como perceber se este mesmo grupo – ou instituição – pretende elaborar e estabelecer uma nova *cultura política* para a sociedade a qual se insere.

Minha pesquisa de mestrado toma o conceito de *cultura política* para estudar o Partido dos Trabalhadores na cidade de Londrina, com a intenção de pensar os elementos culturais presentes no Partido (documentos, símbolos, bandeiras, vocabulário, rituais, ideologia, valores e crenças), mas também indagar sobre a pretensão do PT em formar uma possível *cultura política* específica no país.

A escolha por este objeto não foi aleatória, deveu-se ao fato desta instituição se colocar como precursora de uma “cultura diferenciada”, por ser um partido único e diferente dos restantes: “*possivelmente, caso único no mundo, o PT reuniu marxistas e cristãos desde o início, apresentando uma composição bastante heterogênea que pretendia reunir todos os grupos de esquerda descontentes (...) aspirava ser radicalmente diferentes dos partidos políticos*”<sup>3</sup>. Além de que o seu processo de formação estaria ligado a uma nova idéia de

esquerda<sup>4</sup> para o Brasil, rompendo com os partidos de vanguarda. O PT pretendia nascer como o primeiro partido de massas, possuindo uma participação de todos os membros e não somente de uma elite intelectual “*o nível de participação dos membros do PT é incomum na vida política brasileira*”<sup>5</sup>. Margaret Keck deixa claro no próprio nome de sua obra, que o Partido dos Trabalhadores pertence a uma “lógica da diferença”. Além disso, a formação do PT está relacionada a um fenômeno sócio-político batizado como “novo sindicalismo”, construído em distinção e em oposição ao velho sindicalismo populista dos anos 1945-1964. Uma outra importante constatação é de que o Partido surge através da junção e participação de alguns movimentos sociais, que trazem em seu título também a palavra novo: os “novos movimentos sociais” da década de 1980. O PT, portanto, é formado no momento em que a conjuntura política apresenta ao Brasil: a nova esquerda, o novo sindicalismo, os novos movimentos sociais, não é á toa que a instituição também foi rotulada de nova.

No entanto, as práticas atuais vêm colocando em xeque esse discurso do “novo”, ou seja, do PT como um Partido “novo” ou “diferente dos restantes”. E algumas questões podem ser elencadas para pensarmos as transformações que o PT vem sofrendo, como também refletir o rompimento da agremiação com seus valores culturais originais.

Uma primeira análise está relacionada com o aspecto dinâmico da cultura, esta muda para solucionar problemas sociais e políticos do presente. O processo de burocratização do partido está intimamente associado às mudanças culturais: “(...) os partidos são levados a sacrificar o seu programa para se manterem no poder ou simplesmente na existência”<sup>6</sup>. O partido não pode, segundo Bourdieu, ser consagrado a virtudes exclusivas, para não se ver excluído do jogo político e da participação do poder, à medida que a política se profissionaliza, e que os partidos se burocratizam, a luta pelo poder político torna-se mais intensa, a agremiação passa ter a necessidade de se adequar aos novos momentos, alterando seu programa, conseqüentemente, sua “cultura partidária”. Serge Bernstein reforça essa idéia ao constatar que só os grupos minoritários se condenam eternamente à oposição, já um partido político importante, em condições de exercer o poder,

é sempre levado a articular compromissos mesmo com adversários, procurando apoio em diversos meios sociais<sup>7</sup>.

Indagar sobre as modificações culturais de uma instituição implica perceber os motivos que levaram a essas mudanças. Assim, não se pode tomar o conceito de *cultura política* sem considerar a relação com o contexto institucional e histórico em que é formada essa cultura.

A apropriação do discurso do “novo” executada pelo PT nos induz a questionar os discursos preconizados pelos movimentos sociais e pelos sindicatos da década de 1980. O *novo sindicalismo* (representados, especialmente, pela *Oposição Metalúrgica de São Paulo* e pelo *Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo*) foi caracterizado como autêntico, autônomo e independente do Estado. A contraposição é feita em relação aos sindicatos do período 1945-1964, caracterizados como *pelegos* e atrelados ao Estado. No entanto, tanto Marcelo Badaró Mattos<sup>8</sup>, quanto Marco Aurélio Santana<sup>9</sup> apontam elementos que questionam rupturas dos sindicatos pré 64 com os sindicatos dos anos 80, mostrando possíveis continuidades, contrariando a idéia do novo. Badaró ao explicar as atuações dos trabalhadores em comissões de fábrica, por exemplo, permite pensar que de fato não existiu uma atuação firme e independente do sindicato, mas sim comissões de fábricas, localizadas no trabalho, ou seja, organizações paralelas ao sindicalismo oficial. Mas não há como deixar de salientar a importante representatividade das lutas dos trabalhadores no início dos anos 1960. Santana nos afirma que há estudos recentes, indicando que a prática comunista e, como decorrência, pelo menos a da parcela hegemônica do sindicalismo do pré-64, não pode ser caracterizada por um afastamento das bases nas empresas: “Ao contrário, os militantes de base do partido e dos sindicatos intensificaram a constituição de um sem-número de organismos dentro dos locais de trabalho, que serviram de elo de ligação entre o sindicato e a base, reforçando a pressão desta sobre aquele”<sup>10</sup>. As pesquisas, ressalta o autor, apontam ainda que apesar das dificuldades, os comunistas tentaram se implantar também nas empresas.

Com base nos dados citados e outros levantados pelos autores, pode-se notar que o “novo sindicalismo” não foi tão novo assim, embora seu contexto tenha sido particular e proporcionado uma ação maior dos trabalhadores se comparada ao período pré-64. Pensar o discurso no novo como algo criado para legitimar as práticas sindicais dos anos 80 implica pensar também o papel do PT nesse processo, pois este usou o mesmo discurso para se estabelecer como o mais novo partido de esquerda do país.

Se compararmos os movimentos sociais e as relações políticas da década de 1980 com os movimentos sociais e as relações políticas estabelecidas entre a sociedade e o Estado a partir da década de 1990, podemos encontrar explicações sobre as mudanças culturais do PT. O legado dos anos 80 refere-se ao um espaço público onde se difundiu uma “consciência do direito a ter direitos”, as práticas sociais buscaram uma cidadania através da luta, conquista e reivindicações de direitos, configurando uma nova cidadania. Mas claro que essa configuração política, por não ser estática e sofrer as mudanças históricas, será alterada, contribuindo para o surgimento de novas exigências. Os movimentos sociais dos anos 80 foi regido pela confrontação com o Estado; os dos anos 90 pela negociação<sup>11</sup>.

Os novos mecanismos de representação (Conselhos, novos movimentos sociais, ONGs) reestruturaram as relações entre sociedade civil e estado, assim como ampliou os espaços públicos de participação, proporcionando novas formas de regulação da vida social, contribuindo para o surgimento de novas diretrizes políticas que reinventam e reordenam os partidos políticos, traduzindo a diversidade da sociedade. É claro que essas novas relações entre sociedade e Estado, a nova visão que se passa a ter do que é política interfere nos valores de um partido político, neste sentido, a “cultura política” do PT é influenciada diretamente, pois para sobreviver, um partido precisa se adequar às novas conjunturas (ao menos que ele queria permanecer inteiramente na oposição): *“(...) ceder ao peso da realidade, aceitando algum espaço para respirar e talvez algumas pitadas de poder (...) ao preço de conformar-se a uma posição subordinada: ou tentar sustentar autonomamente uma identidade, ao preço de continuarem fracos, ineficazes e permeados de contradições*

(...)  *Talvez a experiência brasileira com o Partido dos Trabalhadores seja o exemplo mais substancial desta combinação*<sup>12</sup>.

Todas as questões aqui apresentadas serão importadas para o contexto institucional e histórico da formação e consolidação do PT na cidade de Londrina, fazendo uso deste espaço como uma região epistemológica e não geográfica. A intenção é resgatar uma memória política de homens que se reuniram sob o discurso do “novo”. Porém, quem são os homens que reproduziram a experiência de São Bernardo do Campo ao formar um partido em Londrina? São intelectuais, a elite, os trabalhadores? O *novo sindicalismo* esteve presente? E os movimentos sociais, como foram articulados pelo Partido? A Igreja Católica e a *teologia da libertação* também se agregaram ao PT londrinense? Quais foram os elementos culturais (vocabulário, ritos, símbolos, crenças, valores)? Se o Partido pretendeu construir uma *cultura política* diferenciada, ele rompeu com o discurso da política até então existente em Londrina? E como o PT neste município tem se adequado às novas configurações políticas da década de 1990 e com o seu processo de burocratização?

---

<sup>1</sup> HILARIO, Janaina C. S. Vargas. Mestranda em História Política. Universidade Estadual de Maringá.

<sup>1</sup> Para uma discussão sobre o conceito cultura política ver: ALMOND & VERBA. **The civic culture**. Princeton: Princeton University Press, 1963; RENNÓ, Lúcio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **BIB**, RJ, n.45, 1º sem. 1998, pp.71-92; KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 23, 1999.

<sup>2</sup> BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p.89.

<sup>3</sup> LACERDA, Alan Daniel F. O PT e a unidade partidária como problema. **Dados**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 1, 2002, p. 48.

<sup>4</sup> O conceito “esquerda” aqui utilizado está baseado na teoria de Norberto Bobbio na sua obra **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. SP: Ed.UNESP, 1995.

<sup>5</sup> KECK, Margaret E. **PT: a lógica da diferença**. São Paulo: Ática, 1991, p. 143.

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 3ªed. Rio e Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 196.

<sup>7</sup> BERSTEIN, Op. Cit.

<sup>8</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

<sup>9</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em Disputa: o “novo sindicalismo” e a idéia da ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (org.). **O novo sindicalismo – vinte anos depois**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999

<sup>10</sup> Idem, p. 147.

<sup>11</sup> PAOLI, Maria C. & TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia & DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, pp.103-147.

<sup>12</sup> EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos Estudos**, CEBRAP, vol.2, n.4, 1984, p. 17.